

A JUVENTUDE RURAL NO DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL: ANÁLISE DA POSIÇÃO E DO PAPEL DOS JOVENS NO PROCESSO DE TRANSFORMAÇÃO DO CAMPO

Margarita Rosa Gaviria¹ e Renata Menasche²

RESUMO: Neste artigo, salientamos a importância da análise da situação dos jovens no meio rural, discutindo como as posições e os papéis desses atores sociais incidem na transformação de comunidades rurais do Vale do Taquari (RS) e observando que os jovens são afetados por mudanças nas relações de trabalho, nos sistemas de produção e comercialização, no modo de vida rural, em geral. Assinalamos, também, com base em dados empíricos e teóricos, a vulnerabilidade a que estão sujeitos os jovens nesse cenário de mudanças, que coloca em risco a reprodução social das comunidades de agricultores familiares. Destacamos a pertinência dos recursos teóricos e metodológicos oferecidos pelas noções de território e de identidade no exame dos processos sociais vivenciados no campo pelos jovens.

PALAVRAS-CHAVE: Jovens, rural, identidade, território, mudança.

THE RURAL YOUTH IN THE TERRITORIAL DEVELOPMENT: ANALYSIS OF THE POSITION AND ROLE OF THE YOUTH IN THE PROCESS OF THE RURAL TRANSFORMATION

ABSTRACT: This article stands out the importance of an analysis about the situation of the youth in the rural communities in the Taquari Valley, RS. It has been observed that the youngs are being affected by changes in their work relations, in the production and commerce systems, as well as in their lifestyle in general. Some empiric and theoretical data show the vulnerability that this youth is exposed to in this environment of changes, that puts in risk the social reproduction of the familiar rural communities. It shows the pertinence of the theoretical and methodological resources offered by the notions of territory and identity in examining the social processes experienced by the youth on the farm.

KEY WORDS: Youth; Rural; Identity; Territory; Change.

¹ Antropóloga; mestre em Antropologia Social pelo Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro; doutora em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade pelo Curso de Pós-graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA/UFRRJ)

² Doutora em Antropologia Social pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Ufrgs), professora da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (Uergs/Encantado) e pesquisadora da Fundação Estadual de Pesquisa Agropecuária (Fepagro)

1 APRESENTAÇÃO

Neste artigo, postulamos a relevância do estudo sobre a situação dos jovens no meio rural, baseando-nos em dados empíricos e teóricos que demonstram a vulnerabilidade a que estão sujeitos esses jovens ante as mudanças em curso na agricultura familiar. Tais mudanças manifestam-se nas relações de trabalho, nos sistemas de produção e comercialização dos produtos agropecuários, no modo de vida no campo, revertendo em progressiva migração dos jovens para atividades externas à agricultura. Assinalamos como este fenômeno coloca em risco a reprodução social das comunidades de agricultores familiares. Notamos que “o jovem” do qual tratamos não é definido por uma faixa etária, por um critério biológico, mas pela fase de transição entre a subordinação – à autoridade na unidade familiar e na comunidade – e a sua emancipação, processo de transição esse que é marcado por elementos específicos em cada comunidade, o que faz com que o sentido da categoria jovem não seja homogêneo.

Com interesse nessa problemática, temos por referência empírica as posições e os papéis dos jovens, de ambos os gêneros, no processo de transformação do campo, em duas comunidades de agricultores familiares do Vale do Taquari, Rio Grande do Sul, podendo universo social ser caracterizado pelo apego à “tradição”. Nas comunidades estudadas, a identidade étnica é constantemente invocada a partir de hábitos alimentares, dialetos por meio dos quais se realizam os assuntos cotidianos e a partir da sociabilidade local, bem como a partir de valores morais que perpassam as relações sociais. Todos esses elementos identitários estão associados a um modo de vida rural. Assim, no universo empírico observado, é intensa a ambigüidade com a qual se deparam os jovens no meio rural entre um projeto de vida individualizado e um projeto de vida coletivo, como salientado por Carneiro (1998). Essa ambigüidade expressa-se na oposição entre, por um lado, investir na educação fora da comunidade, nas cidades, para, na seqüência, buscar ingressar em melhores condições no mercado de trabalho urbano; e, por outro lado, dar continuidade às atividades de que participa na unidade de produção agrícola familiar.

Para indagar sobre a situação dos jovens na família e na comunidade, suas práticas e visões em torno dela, propomos examinar as representações acerca dos espaços rural e urbano e as percepções acerca das atividades desenvolvidas (econômicas, culturais e educativas) por esses atores sociais, tanto no âmbito de suas comunidades de origem como fora delas.

Por tratar-se de um estudo referente ao rural, apresentamos um esboço das visões sobre o rural, da relação rural/urbano e da agricultura, em que se sustentam os projetos de vida desses jovens. Evidenciando que o rural é uma noção com muitos significados, detemo-nos em um desses significados, a agricultura, salientando que essa não evoca apenas uma atividade econômica, mas também um modo de vida. Referente à relação rural/urbano, assinalamos a importância de romper com uma visão

dicotômica, indicando como a discussão teórica em torno do rural se dá no marco das novas propostas sobre desenvolvimento rural, em que o território alude a uma noção operatória e a uma noção conceitual, noções úteis para a implantação de políticas públicas e para a análise dos processos de transformação do campo. Assinalamos, ainda, os recursos teóricos e metodológicos das noções de território e de identidade para o exame dos processos sociais no campo, tomando como foco os jovens.

Esperamos que as reflexões contidas neste artigo, que propõem uma agenda de pesquisa sobre o tema, alcancem visibilidade regional, contribuindo para o debate de propostas e formulação de políticas públicas pautadas na elaboração e/ou fortalecimento dos projetos dos jovens, em que se destaque seu papel na reprodução social da agricultura familiar.

2 JOVENS NO MEIO RURAL

Vários fatores têm incidido na mudança do perfil das comunidades rurais, entre eles a redução do número de trabalhadores dedicados à agricultura, a ampliação do mercado de trabalho não-agrícola, a prática pluriativa, bem como a intensificação das relações com outros espaços sociais, decorrente da expansão de valores da sociedade urbano-industrial no meio rural. Nesse patamar, são claramente afetadas as condições de reprodução social da agricultura familiar. E, nesse processo, faz-se necessário observar a importância do papel e a posição dos jovens de origem rural, uma vez que, como notam Novaes e Vanucchi (2004, p.8), refletindo acerca do lugar da juventude nas sociedades, “(...) os jovens são os alvos de mudanças sociais em curso. Eles são os mais atingidos pela retração do mercado, pela terceirização e flexibilização das relações de trabalho.”

No contexto das comunidades rurais, os jovens são especialmente vulneráveis aos processos de transformação do sistema de produção agropecuária e do estilo de vida rural, cabendo a esses atores sociais tomar posições que terão repercussões na reprodução social das comunidades rurais.

Os dados do IBGE de 2000 mostram que, no Brasil, apenas 18% dos jovens moram na zona rural. Cabe mencionar que esses dados estatísticos são elaborados com base na classificação de órgãos internacionais, que definem por jovem a população situada na faixa etária entre 15 e 24 anos. No Brasil, dado o aumento da expectativa de vida, houve um alongamento dessa faixa etária para entre 16 e 34 anos (Frigotto, 2004).

Entretanto, como tem sido evidenciado em diversos estudos, a condição juvenil não deve ser definida apenas a partir do critério etário, o que implica em desubstancializar as categorias *jovem* e *juventude*. Se, de um modo geral, ambas as categorias aludem a uma fase transitória entre ser criança e ser adulto, o processo de mudança de uma fase para outra não é homogêneo. Para além dos limites fisiológicos,

a fase de transitoriedade encontra-se identificada por uma determinação cultural (Pochmann, 2004). Nos termos de Novaes e Vanucchi (2004), a juventude não é uma referência natural e biológica e sim uma categoria classificatória cultural e histórica. Não se pode, portanto, falar em juventude em geral, é preciso caracterizar o universo social dos jovens de que se está tratando para, assim, distinguir suas demandas, interesses e elementos de identificação. No que se refere às comunidades de agricultores familiares, a maturação dos jovens é mais precoce do que em alguns outros contextos sociais. Enquanto que, diferentemente do que acontece nos espaços urbanos, no meio rural os filhos desde a infância são responsáveis pela execução de tarefas econômicas ligadas à unidade doméstica.

Em síntese, entendemos por jovens rurais aqueles atores sociais que, na agricultura familiar estudada, compõem a unidade doméstica na posição de filhos(as), sob o domínio da autoridade dos pais. São rapazes e moças, solteiros, cujas idades oscilam entre 14 e 32 anos. Incluímos nesse universo, além dos jovens residentes nas comunidades rurais estudadas, aqueles originários de tais comunidades mas que, hoje, residindo em outras localidades, mantêm vínculos com a casa paterna e com a comunidade de origem.

Observa-se uma tendência de redução dessa parcela da população rural, principalmente do sexo feminino. Consideramos que um dos fatos que contribui para o êxodo rural juvenil feminino é o lugar da mulher na família rural. Nas posições ocupadas pelas mulheres nessas famílias (filha e esposa), elas são subordinadas à autoridade dos pais, até o casamento, e à do marido, após o casamento. Nas duas situações, suas atividades limitam-se à esfera doméstica e à “ajuda” na agricultura, sem direitos sobre a propriedade, pois nessas comunidades predomina o sistema de herança patrilinial. Em contraposição a essa situação, a saída da mulher da família e da comunidade possibilita-lhe ascender socialmente, o que, na maioria das vezes, acontece a partir do investimento em educação, da inserção no mercado de trabalho urbano e/ou do casamento com homens provenientes do meio urbano.

Pode-se ainda notar que, comumente, é pequeno o reconhecimento que os jovens têm no meio rural. Os jovens não possuem direitos legalmente estabelecidos para atuar na política e participar de decisões que os afetam individualmente ou às suas comunidades. Um fator que tem forte incidência sobre a migração dos jovens para centros urbanos é a educação, assumida como um veículo de mudança da atividade agrícola para atividades não-agrícolas (Ferrari *et al.*, 2004). Paradoxalmente, quando se inserem em meios sociais diferentes dos deles, sofrem com situações de marginalidade e preconceito, dada sua origem. Nesses contextos, são qualificados com categorias de conotação pejorativa: “é colono”, “é do interior”.

Embora a situação da juventude rural venha sendo motivo de preocupação por parte de estudiosos do meio rural, são ainda escassas as pesquisas sobre o assunto. O

levantamento de Weisheimer (2005) da produção acadêmica sobre o tema indica sua pouca expressividade, observando-se sua intensificação no período recente (86% dos trabalhos foram publicados a partir de 2000).

É assim que, situando a análise no universo social dos jovens, propomo-nos a refletir acerca da maneira como são por eles vivenciados os processos de transformação do campo, identificando suas representações do rural e do agrícola e tendo em vista que, no contexto de crise da agricultura familiar e dos processos econômicos recentes que transformam o rural em um espaço cada vez mais heterogêneo, diversificado e não exclusivamente agrícola, a juventude rural destaca-se como a faixa demográfica mais afetada por essa dinâmica de diluição das fronteiras entre os espaços rurais e urbanos (Carneiro, 1998). Consideramos ainda que a juventude corresponde a uma fase de vida marcada pela ambivalência: ao mesmo tempo em que busca a emancipação, mantém uma posição de subordinação (Novaes e Vannuchi, 2004).

O foco de atenção é, então, em jovens originários de famílias de agricultores familiares que transitam por espaços tidos como rurais, ou neles residem, dado que esses atores sociais são os que vivenciam com maior intensidade a ambigüidade característica do meio rural contemporâneo. Nessa perspectiva, entendemos que a juventude corresponde a uma fase do indivíduo em que projetos para o futuro são acompanhados de estratégias com graus variados de idealização, oscilando entre uma vida individualizada e o compromisso familiar (Carneiro, 1998).

Pudemos identificar tal ambigüidade em pesquisas de campo realizadas nos marcos do projeto sobre *multifuncionalidade da agricultura* (Maluf, 2003; Carneiro e Maluf, 2004), quando agricultores(as) entrevistados(as) manifestaram-se simultaneamente favoráveis, por um lado, dadas as dificuldades de investimento na atividade agrícola, à migração de seus filhos em busca de oportunidades oferecidas pelo mercado de trabalho urbano; e, por outro, à permanência dos jovens no meio rural como forma de garantir a reprodução social dessa agricultura familiar.

Tendo em vista que nossa preocupação é com o universo social dos jovens no meio rural, é preciso discernir os postulados teóricos em torno da noção de rural de questões a ela vinculadas, como agricultura, relação rural/urbano e desenvolvimento rural, em que apoiamos nossas reflexões.

3 DO RURAL AO TERRITÓRIO

Um exame da produção acadêmica sobre o rural permite observar a pluralidade de sentidos conferidos à noção. Dependendo da perspectiva de análise, ela pode estar referida a um espaço físico, a um espaço social, a uma imagem, a uma mentalidade, a um estilo de vida, à agricultura e/ou a outras atividades econômicas, à

natureza, a um espaço de turismo e lazer... e assim poderíamos seguir enumerando. Em suma, os diversos conteúdos do rural podem estar centrados no cultural, no ocupacional ou no ecológico (Duran, 1998).

Nas definições do rural, dois postulados importantes estão imbricados. Um, que um dos significados do rural, a agricultura, é uma categoria polissêmica, apresentando um conteúdo econômico, cultural e social, sendo valorizada não apenas como um setor da economia, mas por sua dimensão imaterial, como modo de vida. Remetendo-nos ao que estabelecem Goodman e Watts (1994), em referência à Inglaterra dos anos 1980, teríamos que a agricultura é cada vez mais residual em termos de investimento econômico, mas que, no entanto, continua tendo importante presença social e ideológica na elaboração das representações do rural, ou seja a atividade agrícola exerce um papel simbólico fundamental nas comunidades rurais.

Outro postulado diz respeito à relação rural-urbano. Contrariamente a uma visão dicotômica, observa-se o rural enfatizando as relações decorrentes de sua integração com o urbano em termos populacionais, de valores e ocupações, entre outros. Esses universos estão em comunicação permanente, veiculada pela mobilidade material e simbólica dos atores sociais entre espaços diversos, o que corresponde a um novo modo de espacialização do social que articula e transforma simultaneamente a cidade e o campo. A partir da mobilidade rural-urbano, intercambiam-se informações, valores e culturas, observando-se, assim, o que Carneiro (1998, p. 61) define como um

(...) movimento em direção dupla, de um lado, a reapropriação dos elementos da cultura local a partir de uma releitura possibilitada pela emergência de novos códigos e, do outro, a apropriação pela cultura urbana de bens culturais e naturais do mundo rural, produzindo uma situação que pode alimentar a sociabilidade.

Nessa ordem de idéias, o rural e o urbano contêm diferenças classificatórias mutuamente relacionadas, pois as referências físicas, econômicas e culturais de ambos os universos estão interconectadas. Com base nelas, afirmam-se identidades (Wanderley, 2000; Remy, 1993). Nos termos de Rambaud (1969) e Chamboredon (1980), o processo de “urbanização do espaço rural”, ao invés de atenuar as diferenças, reforça as identidades e particularidades apoiadas no pertencimento ao local. Essas identidades se sustentariam, segundo esses autores, em aspectos sociais, culturais e naturais do modo de vida no campo.

As alusões à diversidade de significados do rural, à dimensão imaterial da agricultura e à visão não dicotômica da relação rural-urbano inserem-se no debate atual sobre desenvolvimento rural, pautado pelo intuito de erradicar a pobreza rural e promover a participação dos atores sociais nas políticas públicas, a sustentabilidade ambiental e o fortalecimento da agricultura familiar, objetivando, portanto, estimular

mudanças de ordem econômica, social e ambiental no meio rural. Tal como assinala Schneider (2004), as considerações em que se sustenta esse debate são construídas em um contexto intelectual e político que procura repensar o desenvolvimento rural nos termos em que fora moldado, quando o crescimento econômico planejado e implementado por regiões era a referência (as regiões eram definidas por marcas geográficas dos espaços e serviam de parâmetro de avaliação do usufruto dos recursos feitos pelos homens e dos rendimentos gerados pelos mesmos; a taxa de crescimento econômico era mensurada a partir do Produto Interno Bruto (PIB) e da renda *per capita*). A superação do anacronismo da idéia de desenvolvimento restrito ao crescimento econômico dá-se quando se atribui maior importância à participação dos atores sociais nos programas implantados, ocorrendo o reconhecimento da diversidade de caminhos que seguem os processos.

Visando a mudanças na implementação de políticas públicas, abre-se um conglomerado de ações e estratégias com o intuito de favorecer a reprodução social e econômica das famílias rurais, contexto em que o território se torna referência para a atuação do Estado na formulação de políticas públicas. Cria-se, no Brasil, no âmbito do Ministério do Desenvolvimento Agrário, uma Secretaria de Desenvolvimento Territorial, que toma o território por noção operativa (Schneider, 2004).

Paralelamente a esse processo, nas discussões teóricas acerca do desenvolvimento rural consolidam-se perspectivas que propõem pensá-lo em termos territoriais. A partir da abordagem territorial, busca-se apreender a heterogeneidade econômica, social e cultural dos espaços, independentemente da classificação nas categorias “rural” ou “urbana”, construídas sob hegemônias pretensamente homogeneizantes.

Em suma, o discernimento da introdução do território como noção que operacionaliza a aplicação das políticas públicas no desenvolvimento rural ocorre simultaneamente às reflexões sobre seu valor heurístico na análise do processo vivenciado pelos atores sociais no meio rural, da ruralidade. Convém, então, assinalar a que se refere à ruralidade neste trabalho e qual o valor heurístico das noções de território e de identidade na análise do lugar dos jovens no processo de transformação do campo.

4 RURALIDADE, TERRITÓRIO E IDENTIDADE

Entendemos por ruralidade a relação dos atores sociais que habitam no meio rural com seu *habitat* e com os elementos materiais e imateriais que o compõem, entre eles a paisagem e o estilo de vida, situação que difere de uma localidade a outra, isto é, a ruralidade assume formas próprias de acordo com a realidade local. Assim, a influência de elementos externos ao meio rural não é homogênea, nem fixa. A modernização da agricultura e os meios de comunicação não atingem do mesmo modo

e na mesma intensidade os agricultores, expressando-se de maneira diferenciada nas comunidades.

Do mesmo modo, no contexto de cada comunidade, percebe-se que, conforme a posição dos atores sociais na família e na comunidade, eles integram (ou não) valores e atividades de origem urbanas (Pereira, 2004). Como nota Castro (2004), em comunidades rurais, as relações de patrimônio e de herança estão no cerne da definição das posições que cada ator social ocupa. No caso dos jovens, o fenômeno de integração e interação com o urbano é afetado, também, pela situação desta categoria em relação à autoridade no âmbito da família e da localidade.

Enquanto tal, a ruralidade evoca diversas realidades, que diferem conforme o espaço social e o momento, sendo que os elementos que a compõem se modificam ao longo do tempo e no espaço. Assim, como os jovens estão em permanente mobilidade (material e simbólica) e são múltiplas suas formas de inserção social, não estão adstritos a uma temporalidade e/ou a uma espacialidade concretas. Descarta-se, então, uma visão estática e única do rural e propõe-se a análise de cada processo em si.

Uma vez que tomamos o processo como eixo da problemática e procuramos meios de nos aproximar dele, o território se evidencia como uma noção de grande utilidade para examinar a dinâmica de composição e recomposição de espaços, segundo interesses e valores diversos dos jovens.

A noção de território adotada neste estudo não alude a um espaço delimitado fisicamente, tampouco em termos populacionais. O território não é aqui reconhecido como uma entidade física, mas evoca diversas formas de apropriação social com base nas identidades, definindo-se a partir das diferenças com o outro. Esse processo que dá lugar ao território, ou melhor, aos territórios, ocorre em determinadas circunstâncias, em função da comunhão de valores e interesses entre os atores sociais. No entanto, a territorialidade é também uma relação de alteridade. Seguindo os pressupostos de Raffesteni (1986), o território é uma maneira de viver com os outros e seus limites geográficos são as relações cotidianas. Ele designa os limites, as fronteiras de uma prática social, as dimensões do universo social no qual se sabe ou se acredita eficiente, competente e/ou legitimado (Barel, 1986). Nesse sentido, a natureza das relações sociais que levam à construção ou desconstrução dos territórios é de afinidade e de alteridade.

Mas, como mostram estudos no campo da Geografia, o uso da noção de território tem várias vertentes: 1) a jurídico-política, em que o território é visto como um espaço delimitado e controlado, por meio do qual se exerce um determinado poder; 2) a cultural ou simbólica, em que o território é resultado da apropriação de um grupo sobre um espaço; 3) a econômica, que enfatiza a dimensão espacial das relações econômicas; 4) a natural, que utiliza a noção de território para definir as relações da

sociedade com a natureza (Haesbaert, 2001). Todas essas dimensões de território são pertinentes, pois enfatizam diversos âmbitos da vida social: o político, o cultural, o econômico. Como o território é uma realidade móvel e conjuntural, dependendo das circunstâncias ele se constrói em cada uma das dimensões da vida social.

Um outro conceito que contribui para refletir acerca da interação entre atores sociais diferentes e das diversas posições no espaço é o de identidade. A identidade constitui-se em um elemento de construção do território, no sentido em que os posicionamentos sociais de identificação e de alteridade são acionados para demarcar fronteiras entre territórios. As identidades mobilizam os atores para definir os parceiros e adversários, isto é, para assumir suas posições perante os outros.

O processo que define a identidade decorre da necessidade experimentada pelas pessoas, provenientes do campo ou da cidade, de marcar as diferenças quando transitam por vários espaços físicos e sociais. Como a mobilidade material e simbólica provoca a diluição das fronteiras – entre o meio urbano e o meio rural, por exemplo –, abre-se espaço para a reivindicação da diferença, que se consubstancia na emergência de identidades sociais múltiplas, construídas em relações de alteridade (Remy, 1989 e 1993; Carneiro, 2002). Essa pluralidade de identidades manifesta-se na forma de tensão e contradição nos indivíduos.

Enfatizamos as identidades e os elementos que as constituem, levando em conta que os elementos que as compõem se articulam, ainda que de forma parcial, pois sua estrutura permanece aberta (Hall, 2001). Quer dizer, o deslocamento das pessoas desarticula as identidades, mas abre também a possibilidade de novas articulações: a criação de novas identidades. A partir da noção de identidade, examinamos a maneira como os jovens vivenciam as diferenças com “o outro” em diversos contextos sociais (educacional, econômico, cultural).

Enfim, as noções de território e de identidade aqui sinteticamente esboçadas contribuem para apreender, a partir de um universo social, as maneiras como os jovens nascidos no meio rural vivenciam os processos sociais de transformação do campo. Com esse objetivo, analisaremos as representações dos jovens acerca do rural, da agricultura e dos processos gestados em seus territórios por meio de projetos de desenvolvimento.

5 REPRESENTAÇÕES DOS JOVENS

A análise das representações sociais do rural, da agricultura e do desenvolvimento por parte dos jovens permite observar como esses atores sociais posicionam-se no espaço de uma maneira reflexiva, ou seja, as representações são manipuladas para justificar as ações, as ações modificam as representações, e nessa

relação entre representações e práticas *do* espaço e *no* espaço, em que interferem as diferenças de gênero e étnicas, constroem-se os territórios.

No âmbito das representações dos jovens acerca do rural, percebemos que eles estabelecem relações com espaços e valores diferentes, tais como o “urbano” ou a “cidade”. Nesse contexto, o “rural” e as categorias nativas usadas para designar o campo (“colônia”, “roça”) apresentam-se como referência para pensar os posicionamentos diante do “outro”, isto é, a partir dessas categorias identifica-se a maneira como os jovens se vêem em seu território de origem e em relação aos outros.

No que diz respeito à relação rural-urbano, encontramos uma série de práticas sociais e atividades que estimulam a mobilidade da população jovem em direção a áreas urbanas e vice-versa, destacando-se a educação e as atividades laborais.

Quando a ênfase é na agricultura, deparamo-nos com diversos significados. Alguns aludem a dimensões materiais da atividade agrícola, como a produção, a elaboração e o consumo de alimentos. Nesse sentido, as representações dos jovens acerca da agricultura permitem apreender identidades desses atores sociais, suas formas de participação nas atividades agrícolas e as motivações que levam (ou não) a seu envolvimento nelas, o que contribui para refletir sobre as estratégias de reprodução familiar de que os jovens participam. Em outros termos, a partir da observação das práticas econômicas (agrícolas e não-agrícolas) desenvolvidas pelos jovens para satisfazer suas necessidades alimentares e as de suas famílias, conhecemos a maneira como se inserem no processo de produção e reprodução material e social de práticas relacionadas com os alimentos. Essas reflexões levaram-nos a perceber a existência de novas alternativas de geração de renda no âmbito da produção de alimentos, relacionadas, por exemplo, ao turismo rural.

Por outra parte, indagar os jovens sobre a atuação dos órgãos governamentais e não-governamentais (sindicatos, associações de igreja, organizações educacionais ou outras, como o Centro de Tradições Gaúchas) que desenvolvem projetos sociais e agem no processo de elaboração e execução de programas de desenvolvimento rural possibilita apreender suas representações acerca desses agentes. Assim, elementos identitários são reiterados pelos jovens ao se incluírem ou excluírem dos programas de desenvolvimento rural propostos, por seus posicionamentos (se participam e/ou contribuem para a continuidade desses projetos) referentes aos mesmos.

Postulamos, enfim, que o foco nessas questões, a partir do universo social dos jovens, é um caminho para a apreensão de suas percepções da agricultura, da natureza, do rural. Do mesmo modo, cremos que essa abordagem permite avaliar as linhas de continuidade e ruptura com o modo de vida rural herdado. A qualificação do perfil do universo social dos jovens e de suas representações sociais do rural, da agricultura e dos programas de desenvolvimento devem ser buscadas dirigindo a atenção para três contextos temporais: passado, presente e futuro.

A referência ao passado permite apreender o conhecimento da história herdada da comunidade rural de origem, por parte dos jovens. A “história que se sabe” é registrada e interessa à medida que evoca uma memória coletiva, seletiva e classificatória: as lembranças escolhidas narram a história do grupo e dos indivíduos (Barros, 1997). Isso, tendo em vista que a memória não é imutável, está sujeito às transformações da comunidade, sendo portanto dinâmico. Quer dizer, em cada momento que relemos o passado, o atualizamos de acordo com o olhar do “agora”, das circunstâncias presentes. A partir da narrativa do passado não buscamos entender cronologias objetivas, mas adotá-la como um recurso metodológico importante para conhecer os diversos sentidos atribuídos aos fatos e às transformações que atingiram e atingem a vida dos atores sociais.

Quando se evoca o presente, aproximamo-nos de diversas concepções do rural, de um modo de vida, de identidades e posições sociais na relação rural-urbano. Nesse contexto, também conhecemos a natureza das atividades (econômicas, educacionais, culturais) realizadas por esses atores sociais no meio urbano e no meio rural, e os interesses e valores a elas associados.

Em relação ao futuro, identificamos os projetos individuais em diversas dimensões da vida social: educacional, familiar e econômica; expectativas de mudanças no território e manifestações a favor da preservação da comunidade rural e, ainda, considerações acerca do papel do Estado na promoção de mudanças.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base na leitura das representações do rural dos jovens, coloca-se o desafio de, juntamente com os atores sociais das comunidades e de fora delas, formular propostas que venham a contribuir para fortalecer os projetos dos jovens oriundos do meio rural, gerando, desse modo, dinâmicas positivas ao desenvolvimento local, beneficiário da riqueza material e cultural produzida pelos jovens.

Consideramos que, a partir do diagnóstico do envolvimento dos jovens nos programas rurais, sejam eles fruto de iniciativas das próprias comunidades, de processos desencadeados internamente, sejam de projetos “de fora”, trazidos por instituições externas à comunidade, podem ser elaboradas estratégias para que esses atores – sindicatos, associações de igreja, organizações educacionais, CTG e outros – sirvam como canal de expressão dos interesses da juventude rural.

Esperamos que essas reflexões alcancem visibilidade regional e contribuam para o debate de propostas, para a formulação de políticas públicas pautadas no fortalecimento dos projetos dos jovens e para a definição de instrumentos e procedimentos voltados a garantir e ampliar a reprodução social das famílias rurais na

região estudada, no âmbito da qual a produção material e cultural dos jovens é de fundamental importância.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAREL, Yves. Le social et ses territoires. In: Mirac, F; Brunet, R. (org.). **Espaces, jeux et enjeux**. Paris: Fayard, 1986. p.129-139.

Barros, Miriam Lins de. Memória e família. **Estudos históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 29-42, 1989.

CARNEIRO, Maria José. O ideal *rurbano*: campo e cidade no imaginário de jovens rurais. In: SILVA, Francisco Carlos Teixeira da *et al.* (org.). **Mundo rural e política**. Rio de Janeiro: Campus, 1998. p. 95-117.

_____. Do "rural" como categoria de pensamento e categoria analítica. In: _____ (coord.). **Ruralidades contemporâneas: modos de viver e pensar o mundo rural na sociedade brasileira**. Relatório final de pesquisa. Buenos Aires: CLACSO, 2002. Relatório de pesquisa.

CARNEIRO, Maria José; M ALUF, Renato (org.). **Para além da produção: multifuncionalidade e agricultura familiar**. Rio de Janeiro: Mauad, 2004.

CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade**. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

CASTRO, Elisa Guaraná de. Young fellow e old fellow: a construção da categoria "jovem" a partir de um estudo de Arensberg e Kimball sobre família e comunidade na Irlanda. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 2, p. 80-103, 2004.

CHAMBOREDON, Jean Claude. Les usages urbains de l'espace rural: du moyen de production au lieu de récreation. **Revue Française de Sociologie**, Paris, v, 21, p. 97-119, 1980.

DURAN, Francisco Entrena. Viejas e Nuevas imágenes sociales de ruralidad. **Revista Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 2, p. 76-98, 1998.

FERRARI, Dilvan Luiz *et al.* Dilemas e estratégias de jovens rurais: ficar ou partir? **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 2, p. 237-271, 2004.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Juventude, trabalho e educação no Brasil: perplexidades, desafios e perspectivas. In: NOVAES, Regina; VANNUCHI, Paulo (org.). **Juventude e sociedade: trabalho, educação, cultura e participação**. São Paulo: Perseu Abramo, 2004.

GOODMAN, David; WATTS, Michael. Reconfiguring the rural or fording the divide?: capitalist restructuring and the global agro-food system. **Peasant Studies**, Oxford, UK, v. 22, n. 1, p. 1-49, 1994.

HAESBAERT, Rogério. Território, cultura e des-territorialização. In: BSENDAHL, Zeny; CORRÊA, Roberto Lobato. **Religião, identidade e território**. Rio de Janeiro: Uerj, 2001. p. 115-144.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP, 2001.

MALUF, Renato (coord.). Estratégias de desenvolvimento rural, multifuncionalidade da agricultura e agricultura familiar: identificação e avaliação de experiências em diferentes regiões brasileiras. Brasília: CNPq, 2003. Relatório final (CNPq/COAGR 520.755/2001-04).

NOVAES, Regina; VANNUCHI, Paulo (org.). **Juventude e Sociedade: trabalho, educação, cultura e participação**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

PEREIRA, Jorge Luiz de Góes. Entre campo e cidade: amizade e ruralidade segundo jovens de Nova Friburgo. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 2, p. 322-351, 2004.

POCHMANN, Márcio. Juventude em busca de novos caminhos no Brasil. In: NOVAES, Regina; VANNUCHI, Paulo (org.). **Juventude e sociedade: trabalho, educação, cultura e participação**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

RAFFESTENI, Claude. Écogénèse territoriale et territorialité. In: MIRAC, F.; BRUNET, R. **Espaces, jeux et enjeux**. Paris: Fayard, 1986. p. 173-185.

RAMBAUD, Placide. **Société rurale et urbanization**. Paris: Seuil, 1969.

REMY, Jean. La question rurale, la ruralité et sa sociologie. **Recherches Sociologiques**, Louvain la Neuve, Belgique, v. 20, n. 3, p. 265-350, 1989.

_____. Le rural et l'urbain entre la coupure et la différence. La métamorphose des relations villes/campagne. **Espaces et Sociétés**, Paris, v. 72, n. 3, p. 31-47, 1993.

SCHNEIDER, Sérgio. A abordagem territorial do desenvolvimento rural. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 1, n. 1, p. 88-124, 2004.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades avançadas: o "rural" como espaço singular e ator coletivo. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 1, p. 87-145, 2000.

WEISHEIMER, Nilson. **Juventudes rurais**: mapa de estudos recentes. Brasília: Nead, 2005.